



an
2

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003383-50.2014.8.17.0000 (0331971-3)

IMPETRANTE : W.M.B.
ADVOGADO : PEDRO RYCARDO COUTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

&

AGRAVO REGIMENTAL N. 0003383-50.2014.8.17.0000 (0331971-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : W.M.B.
ADVOGADO : PEDRO RYCARDO COUTO DA SILVA E OUTRO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REJEITADA. DIREITO HUMANO À DIGNIDADE E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS A CIDADÃO HIPOSSUFICIENTE. PORTADOR DE EPIDERMÓLISE BOLHOSA DISTRÓFICA. DEVER DO PODER PÚBLICO. ART. 196 DA CF/88 E SUMULA Nº 18 TJPE. IRRELEVÂNCIA DO FATO DE O TRATAMENTO NÃO FIGURAR EM LISTA DO SUS. SEGURANÇA CONCEDIDA. PREJUDICADO AGRAVO REGIMENTAL.

1. O feito encontra-se maduro e em condições de julgamento de mérito, restando prejudicado os agravo regimental - Teoria da causa madura.
2. O Mandado de Segurança tem como ponto fundamental a tutela de direito líquido e certo. Cabe à parte autora trazer aos autos, junto com a inicial, provas capazes de demonstrar a liquidez e a veracidade dos fatos que fundamentam o direito. A existência de direito líquido e certo configura apenas uma condição da ação do *writ*, assimilável ao interesse de agir e que, uma vez presente, autoriza o questionamento do ato coator por essa via especial.
3. Comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário, o cidadão poderá, sim, buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.
4. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.



a2
p

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

5. A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

6. Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

7. No que tange à arguição do impetrante da não comprovação de que a utilização dos medicamentos e insumos em debate sejam as únicas alternativas terapêuticas para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu o impetrante é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição.

8. A afirmação contida nas informações quanto à necessidade de observância aos tratamentos e medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelos Estados é restringida quando confrontada com os direitos fundamentais à vida e à saúde. Tais direitos de proteção constitucional não comportam limitação por mero ato administrativo.

9. Deveras, é legítimo ao magistrado, ao aquilatar as circunstâncias fáticas, impor a medida mais adequada para tornar eficaz a tutela, se valendo dos meios coercitivos previstos no art. 461, §5º, do CPC, ou até mesmo de medidas outras, porquanto é cediço que o rol previsto em tal dispositivo legal não é exaustivo.

10. A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial.

11. Segurança concedida à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança e do Agravo Regimental nº 0331971-3 em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público, à unanimidade, em conceder a segurança nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28. MAIO, 2014

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003383-50.2014.8.17.0000 (0331971-3)

IMPETRANTE : W.M.B.
ADVOGADO : PEDRO RYCARDO COUTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

&

AGRAVO REGIMENTAL N. 0003383-50.2014.8.17.0000 (0331971-3)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : W.M.B.
ADVOGADO : PEDRO RYCARDO COUTO DA SILVA E OUTRO

RELATÓRIO

Via o presente *writ of mandamus*, com pedido de liminar, Wandson de Moura Bezerra, menor impúbere, representado por sua genitora Josicleide Luiza de Moura Bezerra, satisfatoriamente qualificado na inicial de fls. 02/10, investe contra ato supostamente ilegal do SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

O impetrante é portador da patologia "EPIDERMÓLISE BOLHOSA DISTRÓFICA", moléstia genética e hereditária, caracterizada pela "APLASIA CUTIS CONGÊNITA" (ausência de pele) que acomete a face medial da perna e pé, face medial externa do braço e tem como consequência a SINDACTILIA (fusão dos dedos) e ESTENOSE (estreitamento) no trato digestivo.

Aduz ter sido-lhe prescrito pela médica assistente o suplemento CUBITAN (60 unidades por mês) e os curativos MEPILEX TRANSFER 15 x 20 (420 unidades por mês), MEPITEL ONE 10 x 18 (280 unidades por mês), MEPILEX AG 10 x 10 (40 unidades por mês), MEPITEL BORDER (240 unidades por mês) e VDECLAIR 200ml (8 unidades por mês). Entrementes, não possui recursos financeiros suficientes para custear o tratamento.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

Noticia que, não obstante tenha buscado solução junto ao Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco solicitando-lhe os insumos prescritos, a rede pública não os fornece porque não padronizados pela Política Estadual de Saúde.

Deferido o pedido liminar (fls. 38/45) em ordem a determinar ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco que forneça à impetrante as substâncias e insumos pleiteados, conforme a prescrição médica prevista no documento de fls. 24/26, sob pena de multa cominatória (*astreintes*) no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso.

O Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, por meio do Ofício n. 507/2014, prestou as devidas informações, cf. fls. 56/65, alegando, preliminarmente, a ausência do direito líquido e certo. No mérito, aduz que: (i) não se pode admitir a existência de direito líquido e certo a cada um dos usuários do SUS optar por medicamento ou insumo que mais lhe agrada; (ii) a aquisição de medicamento pelo Poder Público depende da observância dos princípios constitucionais da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade; (iii) em que pese a faculdade do Judiciário exercer o controle sobre atos praticados pela Administração Pública, não se pode olvidar a existência de limites para tanto, entre os quais se insere o reconhecido respeito ao princípio constitucional da interdependência dos poderes; (iv) o não cabimento da condenação em *astreintes*.


O Ministério Público exarou parecer no sentido da concessão da segurança, cf. fls. 68/70.

Às fls. 73/80, o Estado de Pernambuco interpôs Agravo Regimental contra a decisão interlocutória supracitada.

É, no essencial, o relatório.

Peço inclusão do feito na pauta de julgamento.

Recife, 15. MAIO. 2014


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



93
p

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

(30)

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0003383-50.2014.8.17.0000 (0331971-3)

IMPETRANTE : W.M.B.
ADVOGADO : PEDRO RYCARDO COUTO DA SILVA E OUTRO
IMPETRADO : SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

&

AGRAVO REGIMENTAL N. 0003383-50.2014.8.17.0000 (0331971-3)

(29)

AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : CATARINA DE SÁ GUIMARÃES RIBEIRO
AGRAVADO : W.M.B.
ADVOGADO : PEDRO RYCARDO COUTO DA SILVA E OUTRO

VOTO

De início, cumpre-se destacar que o feito encontra-se maduro e em condições de julgamento de mérito, restando prejudicado o agravo regimental interposto - "Teoria da causa madura".

Conforme jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, quando a causa versar predominantemente sobre questões de direito e estiver suficientemente instruída, deve-se considerá-la madura para julgamento. Assim, com o julgamento deste mandado de segurança, não há mais interesse no julgamento do agravo regimental. Neste diapasão, observe-se:

DIREITOS HUMANOS. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADAS. PORTADORA DE DOENÇA GRAVE. MEDICAMENTO. DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA POR UNANIMIDADE. AGRAVO REGIMENTAL APENSO PREJUDICADO. Quanto à alegação de ausência de prova pré-constituída, tem-se que a peça inicial fora devidamente instruída com robustez de prova da utilidade e da eficácia da linha de tratamento adotada pela médica especialista em oncologia que acompanha a impetrante, e com especificação prescrita de que a droga é única alternativa para bloquear a progressão da doença que a autora está acometida, pelo que



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

94
R

o Grupo rejeitou por unanimidade sobredita preliminar. Com relação à afirmação de impossibilidade jurídica do pedido, conclui-se que, à luz do art. 5º, inciso XXXV, é perfeitamente possível ao Judiciário examinar atos administrativos acoimados de ilegais ou abusivos, o que em absoluto caracteriza violação ao princípio da separação dos Poderes, fato que o Grupo rejeitou tal preliminar. Consta-se nos autos do writ, a comprovação por parte da Impetrante em necessitar do uso de medicação para tratamento de patologia da qual é acometida, restando clara a liquidez e certeza do direito ora pleiteado. Cabe ao Estado, portanto, assegurar o direito à saúde nessa situação devendo promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196), bem como preocupar-se com a prevenção de doenças e outros agravos, mediante a redução dos riscos (CF, art. 166 e art. 198, II). Em virtude da manutenção do entendimento da liminar, esvaziou-se o objeto do Agravo Regimental apenso (proc. nº 0256016-1/01), fato que tornou prejudicada tal peça recursal. O Grupo, por unanimidade de votos, rejeitou as preliminares de ausência de prova pré-constituída e impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, unanimemente, concedeu a segurança, ratificando a liminar anteriormente conferida, tornando-se, por conseguinte, prejudicado o Agravo Regimental nº 0256016-1/01.CF196CF166198II (179257820118170000 PE 0017925-78.2011.8.17.0000, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 24/07/2012, Grupo de Câmaras Dir. Público, Data de Publicação: 143).

O Mandado de Segurança tem como ponto fundamental a tutela de direito líquido e certo. Cabe à parte autora trazer aos autos, junto com a inicial, provas capazes de demonstrar a liquidez e a veracidade dos fatos que fundamentam o direito. A existência de direito líquido e certo configura apenas uma condição da ação do writ, assimilável ao interesse de agir e que, uma vez presente, autoriza o questionamento do ato coator por essa via especial.

Está superado o entendimento de que eventual complexidade das questões (fáticas ou jurídicas) redunde no descabimento do mandado de segurança. O que é fundamental para o cabimento do mandado de segurança é a possibilidade de apresentação de prova documental do que alegado pelo impetrante e a desnecessidade de produção de outras provas ao longo do procedimento. (BUENO, 2006, p. 14)

Portanto, comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário, o cidadão poderá, sim,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

O Superior Tribunal de Justiça tem reiteradamente acolhido o manejo da via mandamental para a garantia do fornecimento de medicamentos, sendo evidente que a prova documental, em casos que tais, centra-se na apreciação do laudo médico que prescreve o fármaco como adequado e necessário.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS/TRATAMENTO MÉDICO. SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE. LEGITIMIDADE PASSIVA PARA FIGURAR COMO AUTORIDADE COATORA. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Primeira Seção deste Tribunal Superior, no julgamento do RMS 38.746/RO, reconheceu a legitimidade do Secretário de Estado da Saúde do Estado de Rondônia para figurar no pólo passivo de mandado de segurança que vise ao fornecimento de medicamento ou à realização de procedimento médico.

2. No mesmo sentido, os seguintes precedentes: AgRg no RMS 39.979/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 13.6.2013; AgRg no RMS 39.969/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 12.6.2013; AgRg no RMS 40.320/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Ari Pargendler, DJe de 4.6.2013; AgRg no RMS 42.081/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 20.5.2013; AgRg no RMS 39.842/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 13.5.2013; AgRg no RMS 40.485/RO, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 17.4.2013; RMS 39.812/RO, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 25.2.2013.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RMS 38.745/RO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/07/2013)

A ausência de prova pré-constituída versa sobre o próprio mérito da demanda, razão pela qual deixo de analisá-la em sede de preliminar.

À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º da Lei 8.080/1990). O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

ab
d

indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde - SUS.

O SUS visa à integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna (AgRg no Ag 1044354/RS, 2008/0091638-2, STJ-1T, Rel. Min. Luiz Fuz, julg. 14/10/2008, DJe 03/11/2008).

Com efeito, a norma constitucional do art. 196, ainda que se entendesse de caráter programático, transcorridas mais de duas décadas da vigência da Constituição da República e havendo estruturação legal e administrativa para o custeio, tem por destinatários todos os entes políticos que compõem no plano institucional a organização federativa do Estado brasileiro e, portanto, não admite a indiferença ao problema da saúde da população sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A norma cravada no art. 196 da Constituição Federal assim dispõe:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Este Tribunal de Justiça e o E. Superior Tribunal de Justiça tem se orientado no mesmo sentido, podendo-se afirmar que se trata de jurisprudência dominante, v.g.:

ADMINISTRATIVO - MOLÉSTIA GRAVE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - DEVER DO ESTADO - MATÉRIA FÁTICA DEPENDENTE DE PROVA.

1. Esta Corte tem reconhecido aos portadores de moléstias graves, sem disponibilidade financeira para custear o seu tratamento, o direito de receber gratuitamente do Estado os medicamentos de comprovada necessidade. *Precedentes.*

2. O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

(art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento" (art. 194, parágrafo único, I).

3. A Carta Magna também dispõe que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196), sendo que o "atendimento integral" é uma diretriz constitucional das ações e serviços públicos de saúde (art. 198).

4. O direito assim reconhecido não alcança a possibilidade de escolher o paciente o medicamento que mais se adequa ao seu tratamento.

5. In casu, oferecido pelo SUS uma segunda opção de medicamento substitutivo, pleiteia o impetrante fornecimento de medicamento de que não dispõe o SUS, sem descartar em prova circunstanciada a imprestabilidade da opção ofertada.

6. Recurso ordinário improvido.

(RMS 28.338/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 17/06/2009)

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A necessidade/eficácia da medicação solicitada e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação do 'laudo médico' e da 'prescrição médica' acostados aos autos, subscritos, respectivamente, pela Dra. Ericka B. Menezes, do SEOPE Hospital de Olhos, e pelo Dr. Alexandre Ventura (CRM 13733), do Hospital de Olhos Santa Luzia, cujos conteúdos não foram contraditados pelo Estado. 3. Ademais, o só fato de a medicação requestada não constar da lista de medicamentos fornecidos no âmbito do SUS já indica, concretamente até, que a mesma não seria ofertada pela via administrativa. 4. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente Clovis da Silveira Barros Filho, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 5. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adredemente imposta pela própria



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

Constituição da República. 6. Destarte, tem-se que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento. 7. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, eis que efetuada com base em apreciação eqüitativa do Juízo e estabelecida dentro dos parâmetros legais (art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC). 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário. (TJ-PE - REEX: 149233420108170001 PE 0014923-34.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 78).

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesse mesmo sentido.

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

O Princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, que tem como lastro o Princípio da Isonomia insito no art. 5º, da Constituição Federal, impõe aos Poderes Públicos o dever de agir, devendo realizar, em prol do cidadão, prestações materiais adequadas à promoção e proteção de sua saúde, bem como de sua recuperação nos casos em que for acometido por alguma enfermidade.

Nesse sentido, não me afigura legítima a conduta estatal de "fechar os olhos" para os problemas de saúde que acometem os cidadãos, mormente àqueles que são privados de recursos financeiros para custear tratamento/medicamento indispensável à preservação de sua saúde e, conseqüentemente, de sua vida, de sorte que, em havendo omissão do Poder Público para custear o tratamento/medicamento de que o cidadão necessita, o Poder Judiciário tem o poder-dever de agir, quando provocado, para compelir o Estado a assegurar o direito à saúde do cidadão desamparado.

Assim, o fornecimento gratuito de medicamentos pelo Estado é medida que se impõe, quando comprovada a necessidade da substância e a incapacidade econômica do paciente em adquiri-la. Afinal, trata-se de direito

98
d



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

fundamental, constitucionalmente assegurado, conforme se verifica no seguinte aresto:

*"O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios. Isso por que, uma vez satisfeitos tais requisitos, o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional".*¹

A respeito da matéria, o Tribunal de Justiça de Pernambuco formulou o enunciado de Súmula nº. 18, segundo o qual "é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial" (g.n). Na hipótese vertente, a impetrante postula o fornecimento de medicamentos e insumos para seu tratamento, segundo prescrição formulada por médico especialista.

Ponderando os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas (Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE LOCAL. PODER JUDICIÁRIO. DETERMINAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA A MELHORIA DO SISTEMA. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA RESERVA DO POSSÍVEL. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal, ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF). 2. A controvérsia objeto destes autos - possibilidade, ou não, de o Poder

¹ STF. RE 607.381-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 31-5-2011, Primeira Turma, DJE de 17-6-2011.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

100
2

Judiciário determinar ao Poder Executivo a adoção de providências administrativas visando a melhoria da qualidade da prestação do serviço de saúde por hospital da rede pública - foi submetida à apreciação do Pleno do Supremo Tribunal Federal na SL 47-AgR, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJ de 30.4.10. 3. Naquele julgamento, esta Corte, ponderando os princípios do "mínimo existencial" e da "reserva do possível", decidiu que, em se tratando de direito à saúde, a intervenção judicial é possível em hipóteses como a dos autos, nas quais o Poder Judiciário não está inovando na ordem jurídica, mas apenas determinando que o Poder Executivo cumpra políticas públicas previamente estabelecidas. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 642536 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 26-02-2013 PUBLIC 27-02-2013)

No que tange à arguição do impetrante da não comprovação de que a utilização dos medicamentos e insumos em debate sejam as únicas alternativas terapêuticas para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu o impetrante é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição. Não se pode olvidar a gravidade da enfermidade que acomete o impetrante, cf. documentos carreados aos autos.

A afirmação contida nas informações quanto à necessidade de observância aos tratamentos e medicamentos distribuídos gratuitamente à população pelos Estados é restringida quando confrontada com os direitos fundamentais à vida e à saúde. Tais direitos de proteção constitucional não comportam limitação por mero ato administrativo.

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes:

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

101
2

SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE.181. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea.2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste.3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios.4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão.5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)

Outrossim, não merece abrigo a alegação de que as *astreintes* afiguram-se desarrazoadas, visto que deve-se levar em consideração que a inércia do ente estatal em dar cumprimento ao comando judicial pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida da impetrante.

O art. 461 do Código de Processo Civil prevê instrumentos que possibilitam ao aplicador do direito assegurar a tutela específica ou o resultado prático que deveria ter sido produzido com o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer imposta na decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela, tais como, a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial (art. 461, §5º, do CPC).



102
✓

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

Deveras, é legítimo ao magistrado, ao aquilatar as circunstâncias fáticas, impor a medida mais adequada para tornar eficaz a tutela, se valendo dos meios coercitivos previstos no art. 461, §5º, do CPC, ou até mesmo de medidas outras, porquanto é cediço que o rol previsto em tal dispositivo legal não é exaustivo.

A jurisprudência do c. Superior Tribunal de Justiça é farta quanto à possibilidade de imposição de multa à Fazenda Pública por descumprimento de ordem judicial. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. BRIGAÇÃO DE FAZER. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. PRAZO RAZOÁVEL PARA CUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (AgRg no AREsp 61220/RS, Relatora Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região, Segunda Turma, Dje 04/12/2012)

Assim, entende inclusive este e. Tribunal de Justiça:

RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE DO ESTADO.1. A irresignação não trouxe nenhum elemento concreto que pudesse por em dúvida a necessidade premente de utilização da medicação em tela, por parte da paciente.2. A aplicação do art. 557, caput, do CPC, justifica-se na medida em que é pacífica nos tribunais a obrigação do poder público de assegurar o fornecimento de medicamentos a quem deles necessitam.557CPC3. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.Constituição4. Aplicação da Súmula 18 deste TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".5. A parte agravada tem necessidade do recebimento imediato do medicamento, razão pela qual a multa deve ser suficiente a compelir o Estado a cumprir a ordem judicial, na havendo exagero em sua fixação.6. Recurso de Agravo improvido. (2300743 PE 0024147-96.2010.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 06/01/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 009).




PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Grupo de Câmaras de Direito Público

103
2

Ante o exposto, voto pela CONCESSÃO DA SEGURANÇA, confirmando a liminar deferida em todos os seus judiciosos termos.

É como voto.

Recife, 28-MAIO, 2014


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator